

Eólica Serra das Vacas I S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra das Vacas I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Serra das Vacas I S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os Administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de abril de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

EÓLICA SERRA DAS VACAS I S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2018	2017	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19	2.862	Fornecedores	10	89	1.883
Títulos e valores mobiliários	5	8.130	-	Empréstimos e financiamentos	11	5.379	5.184
Contas a receber	6	2.433	3.503	Obriqações trabalhistas		205	137
Impostos e contribuições a recuperar		289	208	Obriqações tributárias		507	605
Outros ativos		88	198	Ações preferenciais resgatáveis	12	18.135	20.008
Total dos ativos circulantes		<u>10.959</u>	<u>6.771</u>	Total dos passivos circulantes		<u>24.315</u>	<u>27.817</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	7	3.630	3.375	Empréstimos e financiamentos	10	64.684	67.073
Imobilizado	8	122.615	128.470	Total dos passivos não circulantes		<u>64.684</u>	<u>67.073</u>
Intangível	9	503	494	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total dos ativos não circulantes		• 126.748	132.339	Capital social	14	49.698	49.698
				Prejuízos acumulados		(990)	(5.478)
				Total do patrimônio líquido		48.708	44.220
TOTAL DOS ATIVOS		<u>137.707</u>	<u>139.110</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>137.707</u>	<u>139.110</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	15	26.858	24.270
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	16	(11.494)	(11.074)
LUCRO BRUTO		<u>15.364</u>	<u>13.196</u>
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	17	(763)	(949)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		5	7
LUCRO OPERACIONAL		<u>14.606</u>	<u>12.254</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	487	417
Despesas financeiras	18	<u>(9.596)</u>	<u>(9.869)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.497	2.802
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	<u>(1.009)</u>	<u>(919)</u>
Correntes		(1.009)	(919)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>4.488</u>	<u>1.883</u>
Número de ações ordinárias integralizadas - em milhares		<u>49.698</u>	<u>49.698</u>
Lucro líquido por ação (em reais - R\$)		<u>0,09</u>	<u>0,04</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.488	1.883
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>4.488</u>	<u>1.883</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social integralizado			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reservas de capital	Ajuste para adequação às normas do CPC		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		49.698	-	-	(7.361)	42.337
Ações preferenciais resgatáveis	12	2.958	17.050	-	-	20.008
Ajuste para adequação às normas do CPC	12	-	-	(20.008)	-	(20.008)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.883	1.883
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		52.656	17.050	(20.008)	(5.478)	44.220
Ações preferenciais resgatáveis	12	-	(1.873)	-	-	(1.873)
Ajuste para adequação às normas do CPC	12	-	-	1.873	-	1.873
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.488	4.488
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		52.656	15.177	(18.135)	(990)	48.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS I S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		4.488	1.883
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	8 e 9	6.051	6.050
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	11	6.215	6.754
Apropriação de custos sobre empréstimos	11	37	39
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e aplicações vinculadas	18	(487)	(67)
Valor residual da baixa do imobilizado/intangível	8 e 9	-	34
Variacão de ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		1.070	(1.408)
Impostos e contribuições a recuperar		(81)	(35)
Outros ativos		110	(136)
Fornecedores		(1.794)	767
Obrigações trabalhistas		68	(164)
Obrigações tributárias		939	1.152
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	11	(5.829)	(5.975)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.037)	(663)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>9.750</u>	<u>8.231</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários		(7.898)	410
Aquisição de bens do ativo imobilizado/intangível	8 e 9	<u>(205)</u>	<u>(2)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(8.103)</u>	<u>408</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(2.214)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	12	(1.873)	(1.535)
Empréstimos e financiamentos pagos	11	<u>(2.617)</u>	<u>(2.486)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(4.490)</u>	<u>(6.235)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.843)</u>	<u>2.404</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no início do exercício		2.862	458
Saldo no fim do exercício		19	2.862
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.843)</u>	<u>2.404</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS I S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Serra das Vacas I S.A. ("Companhia"), é uma "Sociedade por Ações" de capital fechado, sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia elétrica por fonte eólica.

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$13.356 (R\$21.046 em 31 de dezembro de 2017). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se à transação de Ações Preferenciais Resgatáveis (parte relacionada - Controladora) e ainda às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras. Apesar de não ter vencimento definido, a Controladora poderá resgatar as ações preferenciais até 2029, de acordo com o fluxo de caixa projetado. Portanto: (i) a Administração entende que não haverá desembolsos relevantes durante o ano de 2019; e (ii) com relação à dívida do BNDES, a Administração entende que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia.

2. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1. A Companhia tem seu parque eólico instalado no município de Paranatama, estado de Pernambuco e operou em fase de testes até o fim do exercício de 2015 e, em janeiro de 2016, iniciou suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

Através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 234 de 29 de maio de 2014, posteriormente atualizada pela resolução autorizativa 5534, de 27 de outubro de 2015, foi autorizada a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

A Companhia, participou do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, a Companhia assinou os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

A Companhia ofertou, em 26 de dezembro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova – MCSN, para o exercício de 2018.

A Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019 retoma a destinação de sua produção de geração de energia aos CCEARs.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - Ativos

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras vinculadas, mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

(ii) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

(iii) Mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes.

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo valor do custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi constituído provisão para riscos de crédito.

3.4. Instrumentos financeiros – Passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado

Os principais passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e ações preferenciais resgatáveis, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CCEARs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no âmbito do mercado regulado e não regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos seus ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os controles mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.14. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica fonte renovável eólica.

3.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o IFRS – 15 Receitas de Contratos com Clientes e a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem efeito material nas demonstrações financeiras.

a) CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e a CPC 30 - Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Após análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras dado que o controle e todos os direitos e benefícios das vendas de produtos e prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na aferição do benefício do próprio serviço.

b) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor por meio do Outros Resultados Abrangentes (OCI), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais.

A IFRS 9 introduziu um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrou perdas esperadas durante toda a vida em todo o contas a receber de clientes.

Além dos efeitos nas provisões por inadimplência de recebíveis de clientes mencionadas acima, a adoção da IFRS 9 teve impacto na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, conforme segue:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ações preferenciais resgatáveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As novas IFRS emitidas pelo IASB e os respectivos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e ainda não em vigor são:

IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019).

Os contratos da companhia que se enquadram no escopo do IFRS 16, são os contratos de arrendamento de terrenos onde está localizado o parque eólico, com prazo de vigência pelo prazo de 35 anos, conforme a autorização de atuação como produtora independente de energia elétrica, mencionado na nota explicativa nº 2.2.

Desta forma, o efeito esperado do registro do (i) ativo de direito de uso e do (ii) passivo de arrendamento no balanço da Companhia é R\$1.032, apurado com base nos critérios estabelecidos pela nova norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	2	2
Depósitos bancários	2	31
Aplicações financeiras (*)	<u>15</u>	<u>2.829</u>
Total	<u><u>19</u></u>	<u><u>2.862</u></u>

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	<u>8.130</u>	-
Total	<u><u>8.130</u></u>	<u><u>-</u></u>

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os rendimentos médios foram de 97,63%.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecimento de energia elétrica (a)	2.425	3.495
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia CCEAR (b)	<u>8</u>	<u>8</u>
Total	<u><u>2.433</u></u>	<u><u>3.503</u></u>

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no ACL - Ambiente de contratação livre e de fornecimento de energia elétrica liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP.

(b) Saldo referente ao ajuste contratual anual e acumulado (quadriênio) dos contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	<u>3.630</u>	<u>3.375</u>

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os rendimentos médios foram de 97,63% (97,91% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2017).

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na nota explicativa nº 11.

8. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	<u>Terreno</u>	<u>Veículos</u>	<u>Material depósito</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-
Aquisições	<u>2</u>	-	-	<u>2</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2</u>	-	-	<u>2</u>
Aquisições	-	-	<u>195</u>	<u>195</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2</u>	-	<u>195</u>	<u>197</u>

b) Imobilizado em serviço

	<u>Terreno</u>	<u>Edificações, obras civis e benfeitorias</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículo</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	387	20.045	114.075	34	10	134.551
Baixas	-	-	-	(34)	-	(34)
Depreciações	-	<u>(715)</u>	<u>(5.332)</u>	-	<u>(2)</u>	<u>(6.049)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>387</u>	<u>19.330</u>	<u>108.743</u>	-	<u>8</u>	<u>128.468</u>
Depreciações	-	<u>(716)</u>	<u>(5.333)</u>	-	<u>(1)</u>	<u>(6.050)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>387</u>	<u>18.614</u>	<u>103.410</u>	-	<u>7</u>	<u>122.418</u>
Segregado em:						
Custo	387	20.760	119.406	-	11	140.564
Depreciação acumulada	-	<u>(2.145)</u>	<u>(15.997)</u>	-	<u>(4)</u>	<u>(18.146)</u>
Total	<u>387</u>	<u>18.615</u>	<u>103.409</u>	-	<u>7</u>	<u>122.418</u>
Vida útil média - em anos	-	31,04	15,29	7,0	16,0	
Taxa média de depreciação - em %	-	3,22	6,54	14,29	6,25	
Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2018						<u>122.615</u>
Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2017						<u>128.470</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

9. INTANGÍVEL

	<u>Servidões</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	488	7	495
Amortização	-	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>488</u>	<u>6</u>	<u>494</u>
Aquisição	-	10	10
Amortização	-	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>488</u>	<u>15</u>	<u>503</u>
Segregado em:			
Custo	488	22	510
Amortização acumulada	-	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>
Total	<u>488</u>	<u>15</u>	<u>503</u>
Vida útil média - em anos		5	
Taxa média de depreciação - em %		20	

10. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores de materiais e serviços	<u>89</u>	<u>1.883</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia captou um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados à Companhia têm como data final de amortização 15 de julho de 2032.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos e geração de caixa), calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BNDES	70.575	72.807
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(512)</u>	<u>(550)</u>
Total	<u>70.063</u>	<u>72.257</u>
Segregado entre:		
Circulante	5.379	5.184
Não circulante	<u>64.684</u>	<u>67.073</u>
Total	<u>70.063</u>	<u>72.257</u>

As parcelas de principal a vencer a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	
2020	5.140
2021	5.140
2022	5.140
2023	5.140
2024 – 2028	25.703
2029 – 2032	<u>18.421</u>
Total	<u>64.684</u>

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

As garantias dadas ao referido contrato são ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

A Companhia tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BDNES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida - ICSD de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	73.925
Amortização de principal	(2.486)
Amortização de juros	(5.975)
Juros incorridos	6.754
Apropriação de custos de transação	39
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>72.257</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72.257
Amortização de principal	(2.617)
Amortização de juros	(5.829)
Juros incorridos	6.215
Apropriação de custos de transação	37
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u>70.063</u>

A Controladora, Eólica Serra das Vacas Holding S.A., atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

12. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>18.135</u>	<u>20.008</u>
Total	<u>18.135</u>	<u>20.008</u>

Em 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$21.543.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2029 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 14.317.602. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	1,5046	0,2065	1,2980

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$2.958, e parte como reserva de capital no montante de R\$18.585, totalizando R\$21.543. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Devido à falta de previsão específica na legislação societária para refletir os requisitos previstos no CPC, a Companhia criou uma conta específica no Patrimônio Líquido, denominada ajuste para adequação às normas do CPC, com o objetivo de apenas refletir os efeitos deste ajuste. Portanto, o valor total de emissão deduzido dos desembolsos realizados até 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$18.135, foi registrado como passivo circulante na Companhia, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	<u>Ações preferenciais resgatadas</u>	<u>Legislação societária</u>
	<u>Quantidade</u>	<u>Reserva de capital</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>14.317.602</u>	<u>21.543</u>
		<u>2.958</u>
		<u>18.585</u>

	<u>Movimentação 2017</u>			
	<u>Ações preferenciais resgatáveis</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Valor resgatado</u>	<u>Total reserva</u>
	<u>31/08/2017</u>	<u>31/08/2017</u>	<u>31/08/2017</u>	<u>31/12/2017</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	2.958	18.585	(1.535)	17.050
Total	<u>2.958</u>	<u>18.585</u>	<u>(1.535)</u>	<u>17.050</u>

	<u>Movimentação 2018</u>			
	<u>Ações preferenciais resgatáveis</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Valor resgatado</u>	<u>Total reserva</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	2.958	17.050	(1.873)	15.177
Total	<u>2.958</u>	<u>17.050</u>	<u>(1.873)</u>	<u>15.177</u>

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía processos judiciais avaliados como risco de perda provável e ainda como risco de perda possível.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$52.656 (R\$52.656 em 31 de dezembro de 2017) dividido em: (i) 49.698.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 14.317.602 ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	<u>Capital subscrito</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Ações preferenciais resgatáveis</u>	<u>Total do capital integralizado</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>49.698</u>	<u>49.698</u>	<u>2.958</u>	<u>52.656</u>	<u>64.016</u>	100%

14.2. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

14.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária.

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Suprimento de energia elétrica	28.020	25.184
Deduções:		
PIS	(196)	(152)
COFINS	(905)	(701)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(61)	(61)
Total	<u>(1.162)</u>	<u>(914)</u>
Total da receita líquida	<u>26.858</u>	<u>24.270</u>

16. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Energia comprada para revenda	(293)	(1.984)
Depreciação e amortização	(6.051)	(6.050)
Despesa com pessoal	(1.085)	(884)
Serviços de terceiros	(2.209)	(1.110)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(732)	(751)
Arrendamentos e alugueis	(322)	(270)
Material	(797)	(302)
Outros	(5)	277
Total	<u>(11.494)</u>	<u>(11.074)</u>

17. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesa com pessoal	(357)	(473)
Serviços de terceiros	(400)	(476)
Outros despesas	(6)	-
Outras receitas	5	-
Total	<u>(758)</u>	<u>(949)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Títulos e valores mobiliários	487	67
Aplicações financeiras	-	350
Total	<u>487</u>	<u>417</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(6.215)	(6.754)
Comissão fiança	(2.632)	(2.528)
IOF	(13)	(26)
Multas	(3)	(158)
Despesas bancárias	(695)	(366)
Outras	(38)	(37)
Total	<u>(9.596)</u>	<u>(9.869)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(9.109)</u>	<u>(9.452)</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras, está apresentada a seguir:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Suprimento de energia	28.020	28.020	25.184	25.184
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	2.242	3.362	2.015	3.022
Receitas financeiras	487	487	417	417
Outras receitas	5	5	7	7
Base de cálculo	2.734	3.854	2.439	3.446
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(410)	(347)	(366)	(310)
Adicional de IRPJ	(252)	-	(243)	-
Despesas com IRPJ e CSLL	<u>(662)</u>	<u>(347)</u>	<u>(609)</u>	<u>(310)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras vinculadas, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

a) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$13.356 (R\$21.046 em 31 de dezembro de 2017). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se à transação de Ações Preferenciais Resgatáveis (parte relacionada - Controladora) e ainda às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras. Apesar de não ter vencimento definido, a Controladora poderá resgatar as ações preferenciais até 2029, de acordo com o fluxo de caixa projetado. Portanto: (i) a Administração entende que não haverá desembolsos relevantes durante o ano de 2019; e (ii) com relação à dívida do BNDES, a Administração entende que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia.

c) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

d) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- TJLP: 6,98%.

CDI - acumulado últimos 12 meses: 6,40%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

	2018	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Aplicações financeiras vinculadas	3.630	CDI	232	290	348
Títulos e valores mobiliários	8.130	CDI	520	650	780
Empréstimos e financiamentos	(70.063)	TJLP +2,45%	(6.607)	(8.259)	(9.910)
Total	(58.303)		(5.855)	(7.319)	(8.782)

f) Risco de capitalização

	2018	2017
Dívida de empréstimos, financiamentos	70.063	72.257
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	(11.779)	(6.237)
Dívida líquida	58.284	66.020
Patrimônio líquido	48.708	44.220
Índice de alavancagem financeira - %	120%	149%

21. COMPROMISSOS

- a) A Companhia mantém compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores – O&M, no montante de aproximadamente R\$1.500 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.
- b) A Companhia mantém compromisso de cumprimento dos contratos de arrendamentos no montante de aproximadamente R\$314 ao ano, com vencimento em 2049, os quais possuem reajuste anual pelo IPCA.

22. SEGUROS

A Companhia, por meio de sua Controladora, possui apólices de seguros, cujas coberturas são:

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2018	19/12/2019	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/12/2018	19/12/2019	Controladas

23. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2017, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração do fluxo de caixa:

	2018	2017
Ações preferenciais resgatáveis	-	20.008

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 01 de abril de 2019.